DECRETO Nº 11.017**DE 10 DE OUTUBRO DE 2025****OUTORGA PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o contido no Processo Administrativo nº 49963/2025-24,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido a Marcos Romildo Valdeger, inscrito no CPF nº 199.315.618-66, o uso, a título precário e oneroso, por prazo indeterminado, do Quiosque C2Q-14, localizado na Avenida Presidente Wilson s/nº, Canal 2 – Gonzaga – Santos/SP.

Art. 2º A permissão de uso de que trata o presente decreto não gera qualquer privilégio e tem como condição o pagamento do preço público estabelecido pelo Decreto nº 3.697, de 22 de fevereiro de 2001, podendo ser revogada, a qualquer tempo, a critério do permitente, sem que o permissionário assista qualquer direito a indenização.

Art. 3º A utilização do bem público objeto da presente permissão dar-se-á de forma e nos termos das disposições legais vigentes, especialmente as previstas no Decreto nº 7.263, de 21 de outubro de 2015, que disciplina o funcionamento dos quiosques da orla da praia.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.680, de 21 de outubro de 2019.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 10 de outubro de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de outubro de 2025.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO****DECRETO Nº 11.018****DE 10 DE OUTUBRO DE 2025****ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 8.128, DE 07 DE JUNHO DE 2018, QUE CRIA O CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL PARQUE NATURAL MUNICIPAL ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, do Decreto nº 8.128, de 07 de junho de

2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]”

§1º A coordenação e a secretaria dos trabalhos do Conselho Consultivo ESJE caberão à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – SEMAM.

§ 2º O Presidente do Conselho Consultivo ESJE será, de forma permanente, o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, sendo o Vice Presidente eleito dentre os representantes titulares no mesmo. [...]”

Art. 2º Fica alterado o inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 8.128, de 07 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]”

[...]

§ 3º [...]”

I – 03 (três) representantes titulares da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – SEMAM, sendo esses:

a) 01 (um) representante do Departamento de Parques e Proteção à Vida Animal – DEPAVI;

b) 01 (um) representante do Departamento de Políticas e Controle Ambiental – DEPCAM;

c) 01 (um) representante do Departamento de Desenvolvimento Urbano – DEDURB.”

Art. 3º Fica revogado o inciso IV, do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 8.128, de 07 de junho de 2018.

Art. 4º Ficam alterados o parágrafo 5º e o respectivo inciso I, ambos do artigo 2º, do Decreto nº 8.128, de 07 de junho de 2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]”

[...]

§ 5º Os órgãos representantes da sociedade civil organizada no Conselho Consultivo ESJE serão escolhidos através de eleição direta organizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – SEMAM, observado o seguinte procedimento:

I – a eleição terá como eleitores apenas os próprios órgãos da sociedade civil organizada que tiverem interesse em participar do Conselho Consultivo ESJE, previamente inscritos conforme chamamento público da Secretaria Municipal de